



CAPITALISMO HISTÓRICO E FORMAS DE SOCIABILIDADE: UMA HIPÓTESE SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Resumo

No presente artigo sugere-se uma hipótese alternativa ao estudo da formação do Brasil contemporâneo a partir do desenvolvimento do capitalismo histórico, e das transformações das formas de sociabilidade herdadas do período colonial em direção à instituição da economia de mercado como mecanismo de regulação social.

Palavras chave: Capitalismo; Sistema-Mundo; Desenvolvimento econômico – Brasil.

Abstract

The aim of this paper is to suggest an alternative hypothesis to the studies on the formation of contemporary Brazil from the historical capitalism's development, and the transformations of the forms of sociability inherited from the colonial period towards the market economy as a mechanism of social regulation.

Keywords: Capitalism; World-System; Economic development – Brazil.

1. Introdução

Captar a singularidade da formação do Brasil contemporâneo no contexto da expansão da civilização ocidental tem sido o principal esforço da historiografia e das ciências sociais brasileiras. Busca-se não apenas

FÁBIO PÁDUA DOS SANTOS

Professor colaborador no Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC

definir as características essenciais da sociedade colonial na América portuguesa e do Brasil contemporâneo, como também estabelecer os limites entre um período e outro, e, sobretudo, explicar os mecanismos de transição ao Brasil contemporâneo. Ocorre que grande parte dos estudos sobre a formação do Brasil foi problematizada a partir da construção da nação. Nesta problemática, estuda-se a mudança social com o objetivo de orientar o processo de modernização à construção da sociedade nacional brasileira.

No presente artigo entende-se que o estudo da mudança social a partir da problemática da construção da nação eclipsa a relação entre a formação do Estado brasileiro e a produção material da vida na transição da sociedade colonial na América portuguesa para o Brasil contemporâneo. Ela ofusca dois fenômenos distintos, porém, interconectados: a) o desenraizamento da produção material da vida nos diferentes núcleos de organização social herdados do período colonial, isto é, a separação institucional do sistema econômico do conjunto da sociedade e sua sujeição ao mecanismo formador de preço, e b) a formação do mercado interno, ou seja, a tentativa do Estado instituir a competição entre as redes de comércio de curta e longa distância com o objetivo de engendrar a economia de mercado como mecanismo de regulação social¹.

Tal eclipse tem origem teórica. Como se

¹ Cf. Polanyi (2012a [1944])

procura demonstrar, em primeiro lugar, mesmo variando entre perspectivas de análise individualistas e histórico-mundiais, os autores assumem o Estado nacional como unidade de análise para o estudo da mudança social. Em segundo lugar, tendem a não distinguir as esferas da existência (economia, política e cultura) de níveis de realidade (estrutura, conjuntura e evento). Consequentemente, preocupados em identificar as causas econômicas, políticas e culturais que bloqueiam o desenvolvimento capitalista no Brasil, o Brasil contemporâneo aparece em suas narrativas como uma sociedade ainda em construção, cuja singularidade de sua formação encontra-se ora na constatação da ausência de elementos modernos (porque ainda se trata de uma sociedade arcaica), ora na distribuição relativa dos fatores que caracterizam as sociedades ditas desenvolvidas (porque se trata de uma estrutura econômica heterogênea e dependente). Por esse caminho, o lugar da produção material da vida na transição da sociedade colonial para o Brasil contemporâneo aparece deslocado à medida que *Estado e economia de mercado* são considerados como forças opostas.

Como alternativa ao estudo da mudança social a partir da problemática da construção da nação, no presente artigo procura-se construir uma hipótese alternativa ao estudo da formação do Brasil contemporâneo. Argumenta-se que o estudo da mudança social no Brasil pode ser

complementado a partir da análise da maneira como o desenvolvimento capitalista contesta, assimila e redefine as diferentes formas de sociabilidade herdadas do período colonial e que, por meio de distensões seculares, engendrou condições à instituição da economia de mercado² como forma central de sociabilidade no Brasil contemporâneo.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro seções além dessa introdução. Na seção 2, recupera-se brevemente alguns autores centrais no debate sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, apontando os limites da problemática da construção da nação. Na seção 3, apresenta-se, de maneira crítica, como o professor Pedro Vieira tem buscado contornar as dificuldades do debate sobre o desenvolvimento à luz da Análise dos Sistemas-Mundo. Na seção 4, delimita-se um quadro analítico alternativo para o estudo da formação do Brasil contemporâneo partindo do conceito de mercantilização da vida, conforme apresentado por Wallerstein. A partir deste conceito, resgata-se contribuições importantes de Marx, Luxemburg, Polanyi, Gramsci e Hobsbawm com o intuito de discutir a relação entre desenvolvimento capitalista e formas de sociabilidade. Por fim, na seção 5, sugere-se

uma hipótese alternativa: pensar a transição da sociedade colonial para o Brasil contemporâneo no contexto do sistema-mundo moderno com base na análise do processo de desenraizamento da economia nos diferentes modos de vida herdados do período colonial, não apenas na fazenda escravista exportadora, mas também no *habitat* do caboclo, do sertanejo, do caipira, do gaúcho, do matuto e dos gringos.

2. A problemática do desenvolvimento capitalista no Brasil

O debate brasileiro sobre o desenvolvimento, que se concentrou entre o segundo e terceiro quartis do século XX, representa um momento-chave da discussão que vem sendo travada com furor desde o século XIX. À medida que o desenvolvimento capitalista penetrava nas estruturas do cotidiano herdadas do período colonial, transformando a realidade do país de maneira particular, o debate girava em torno do caráter da sociedade brasileira que se formava na periferia do sistema-mundo moderno. Sociedade essa que não estava mais presa diretamente aos mecanismos característicos do Antigo Regime, mas que, apesar de certa modernização, encontrava-se longe de atingir a Modernidade. Todas as categorias que procuraram reter a singularidade brasileira, como, por exemplo, subdesenvolvimento, dependência, heterogeneidade estrutural, superexploração, capitalismo

2 De acordo com Polanyi (2012a, 2012b), economia de mercado refere-se a um tipo específico de sistema econômico, no qual a produção e a distribuição dos bens materiais necessários à reprodução material do conjunto da sociedade (em especial dos meios de subsistência) organizam-se com base em um padrão específico de mercado formador de preço (*price-making*). Nesta situação, a sociedade fica sujeita aos movimentos da lei da oferta e da procura, ou mais precisamente, à esfera do valor de troca.

tardio, etc., revelam em alguma medida aquilo que já não se pode mais chamar de colonial, mas também ainda não pode ser caracterizado como moderno. Elas captam, a partir de posições muito particulares, a maneira como o desenvolvimento do capitalismo transformou a paisagem colonial.

Na presente seção, apresenta-se de maneira comparativa e bastante breve e, portanto, correndo o risco de pecar pela simplificação, perspectivas clássicas sobre a formação do Brasil contemporâneo. O intuito é demonstrar a centralidade e os limites da construção da nação para a compreensão do desenvolvimento capitalista no Brasil, explorando a relação entre o horizonte de expectativa, o método e a narrativa histórica dos diferentes autores que compõem o debate sobre o desenvolvimento, do ponto de vista da unidade de análise e das diferentes temporalidades que constituem o processo de mudança social³.

Roberto Campos (1964) e Celso Furtado (1962, 1980, 2003 [1959]), por exemplo, embora em posições políticas opostas, ambos pensavam o desenvolvimento capitalista no Brasil de um ponto de vista semelhante: o da difusão da racionalidade instrumental no seio da sociedade a partir de sua capacidade de transformar estruturalmente as formas tradicionais de organização social com o objetivo de consolidar uma sociedade nacional na periferia do sistema

capitalista. Não obstante, enquanto Campos enfocava o problema sob o prisma da adequabilidade cultural à racionalidade instrumental, priorizando os determinantes individuais do processo de modernização, Furtado enfatizou aos determinantes histórico-estruturais desta adequabilidade. Assim, diferentemente de Campos, que explicou o subdesenvolvimento a partir dos desvios ético-morais do brasileiro, Furtado deu ênfase aos diferentes padrões de modernização resultantes da difusão do progresso técnico no contexto de expansão da civilização industrial.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1984 [1970]), por sua vez, enfatizaram os requisitos institucionais para a formação de uma sociedade nacional. Preocupavam-se com a formação de Estados nacionais que aspiravam soberania a partir das situações de dependência com relação aos polos hegemônicos do capitalismo mundial. Segundo os autores, na época, não havia uma análise integrada do processo de desenvolvimento. Eles argumentavam que a concepção de mudança social inspirada na oposição tradicional-moderno, suposta tanto na Teoria da Modernização como no pensamento cepalino, era insuficiente para explicar a complexidade das sociedades periféricas, pois ambos os esquemas supunham que “[...] a

3 Para uma análise mais detalhada, ver Santos (2016).

dominação nas sociedades mais desenvolvidas exclui os ‘grupos tradicionais’” (*ibidem*, p. 18). Como alternativa analítica, Cardoso e Faletto (*ibidem*, p. 20) propuseram apreender a mudança social a partir da “[...] análise das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionamentos principais do processo de desenvolvimento”. Isto exigiu deslocar o enfoque do tipo social brasileiro (Campos) e da estrutura econômica (Furtado) para as determinações recíprocas entre o processo – a tensão entre as ações valorativas distintas – e a estrutura – a condição histórica concreta subjacente a cada processo de desenvolvimento, para dentro, no plano nacional, e para fora, no plano exterior.

Buscando escapar do formalismo de Furtado e incorporando as críticas de Cardoso e Faletto à CEPAL, João Manuel Cardoso de Mello (1984 [1975]) procurou apreender a formação do Brasil contemporâneo a partir da redução de um padrão específico da formação do capitalismo com base nas categorias marxistas. O eixo estruturante da análise é o processo de industrialização desencadeado em economias de passado colonial na etapa monopolista da história do capitalismo. Visto em conjunto, a interpretação da Escola de Campinas sugere que à medida que o capitalismo em geral transfigura-se (acumulação primitiva, etapa concorrencial e etapa monopolista), os obstáculos à industrialização aprofundam-se, redefinindo tanto o papel

da iniciativa capitalista quanto o da iniciativa estatal no processo de industrialização. A capacidade das técnicas especificamente capitalistas de produção em transformar qualitativamente as formações econômico-sociais é deteriorada, pois, na etapa monopolista, a industrialização não logrou formar uma estrutura econômico-social homogênea. Segundo Cardoso de Mello, ela criou um padrão específico de desenvolvimento denominado capitalismo tardio. Consequentemente, faz-se necessário repensar a evolução das economias nacionais (problemática da dinâmica capitalista) e a dinâmica social (a problemática da revolução burguesa) a partir do caráter singular da industrialização retardatária.

Caio Prado Jr. (1999 [1968], 2004 [1966], 2008 [1942]), que se situava no vértice oposto ao (neo) liberalismo de Roberto Campos e do reformismo de Celso Furtado, bem como dos demais herdeiros da tradição cepalina, não reconhecia a compatibilidade entre a modernização capitalista e a apropriação coletiva dos frutos do progresso. Para ele não se tratava de rastrear os obstáculos à difusão da racionalidade instrumental no seio da sociedade, apostando na sua capacidade de transformação estrutural das formas tradicionais de organização social, seja ela a partir da perspectiva da adequação cultural do brasileiro, como propôs Campos, ou da ótica dos determinantes histórico-estruturais, como formularam Furtado, Cardoso e Faletto e a Escola de Campinas. Caio Prado Jr. atacou a

problemática da formação do Brasil contemporâneo do ponto de vista da formação da identidade nacional⁴. Neste processo, ele buscava reconhecer as possibilidades de mudança social inscritas no processo histórico de construção da sociedade nacional brasileira nos marcos do sistema capitalista mundial. Segundo ao autor, a singularidade da formação da sociedade brasileira encontrava-se na herança que a sociedade colonial legou ao Brasil contemporâneo, que, segundo ele, constituía a base para a dominação imperialista ao mesmo tempo em que impedia que a construção do mercado interno fosse orientada para a satisfação das carências e necessidades do povo brasileiro. Sendo assim, o Brasil contemporâneo era um prolongamento do passado em que o subdesenvolvimento e a dependência correspondiam, na verdade, ao aprofundamento das contradições do período colonial: dominação externa e organização da produção orientada por interesses forâneos.

Ruy Mauro Marini (2008 [1973], 2012 [1977]), diferentemente, enfatizou a expansão do capitalismo a partir do aprofundamento de um sistema mundial de exploração baseado no regime de trabalho assalariado. Marini argumentava que, até a Segunda Guerra Mundial, a atividade industrial no Brasil estava subordinada à exportação. Após este período, a internalização da produção industrial da esfera alta da circulação marcou o nascimento da indústria moderna

⁴ Cf. Novais (2005, p. 285).

no Brasil. Contudo, diferentemente das economias centrais, no Brasil, a indústria moderna não avançou criando sua própria demanda. Ao contrário, ela tendeu a responder a demandas pré-existentes. Fundada na superexploração e, conseqüentemente, na separação entre a alta e baixa esfera de consumo no interior da economia brasileira, a produção industrial estruturou-se de maneira independente das condições dos salários dos trabalhadores e em função da própria reestruturação do mercado mundial no pós-Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, não havia a necessidade de generalização da expansão do consumo para toda a população para que a acumulação de capital ocorresse. Era necessário elevar a capacidade produtiva do trabalho através da incorporação de tecnologias do exterior e alargar a capacidade de consumo dos estratos médios e superiores. A penetração do capital estrangeiro no setor industrial nacional indicava a configuração de uma nova divisão mundial do trabalho e a redistribuição das atividades econômicas, na qual o Estado atuava como dissipador dos problemas de realização, ora consumindo a produção excedente, ora transferindo a renda da esfera baixa para a esfera alta através de mecanismos inflacionários. À medida que a industrialização avançava, e novos ganhos de escala eram obtidos, abria-se a necessidade do capitalismo brasileiro expandir-se para o exterior assentando parte de sua circulação no mercado mundial, o que Marini chamou de subimperialismo.

Visto em conjunto, o ponto em comum entre todos esses autores reside no fato de problematizarem o desenvolvimento capitalista no Brasil a partir da perspectiva da construção da nação. Todos possuíam uma visão sobre o futuro, como se fosse um ponto de chegada que, embora inalcançável, impunham-se como meta a ser perseguida na medida em que se apresentava ao pensador social como ideal da boa sociedade.

Não obstante, o conteúdo e o sentido da construção nacional variavam em cada autor. Para Campos, por exemplo, construir a nação significa a substituição do sistema de valores tradicionais avessos à razão capitalista por um sistema de valores mais adequado à sociedade aberta. Campos (1999) acreditava que “[...] o sistema político ideal seria o capitalismo democrático, isto é, o casamento da democracia política com a economia de mercado”. Já, para Furtado, Cardoso e Faletto, e Cardoso de Mello, construir a nação significava operar um conjunto de reformas estruturais no sentido de “civilizar” o capitalismo em sociedades abertas. Em Furtado (1999, p. 15), por exemplo, ao falar dos desafios das gerações futuras, afirma que é preciso, “[...] por um lado, preservar a herança histórica da unidade nacional, e, por outro, continuar a construção de uma sociedade democrática aberta às relações externas.” Semelhante é o caso de Cardoso de Mello (1983, p. 25) quando afirmou que seu objetivo era “[...] reconstruir a Nação em moldes civilizados”. Para os reformistas,

tratava-se de tentar subordinar o sistema econômico a uma relação de *status* específica, a cidadania. Em Caio Prado Jr. (2004 [1966]) e Ruy Mauro Marini (1998), ao contrário, construir a nação significava superar o capitalismo através da revolução de inspiração socialista.

A ação prática sobre o “destino da nação” exigia uma interpretação do passado que legitimasse, no plano das ideias, a luta política pela transformação social. Desse ponto de vista, cada autor elaborou, apoiado em métodos específicos, sua própria narrativa sobre a formação do Brasil contemporâneo, na qual buscavam reter a singularidade da mudança social no país. Nesse caso, as diferenças de enfoque são centrais à compreensão da nuance entre os autores. Roberto Campos (1964), por exemplo, enfrentou a questão da perspectiva da adequação cultural ao desenvolvimento capitalista. Já Celso Furtado (2003 [1959]) buscou apoio no enfoque histórico-estrutural. Cardoso e Faletto (1984 [1970]), por sua vez, propuseram uma análise integrada do desenvolvimento a partir da sociologia compreensiva, ao passo que Cardoso de Mello (1984 [1975]) partiu de uma leitura própria da crítica da economia política. Caio Prado Jr. (2008 [1942]) fundamentou suas análises no materialismo histórico, método que também orientou a reflexão de Marini (2008 [1973]). Não obstante, a leitura de Marini, ao aplicar as categorias marxianas, diferiu radicalmente da posição campineira. Consequentemente, as diferenças metodológicas

transfiguram-se analiticamente nas categorias que procuram reter o caráter singular da formação do Brasil contemporâneo.

Em Roberto Campos, por exemplo, o subdesenvolvimento resulta dos obstáculos culturais presentes no tipo social brasileiro, cujo sistema de valores legou à sociedade brasileira um Estado paternalista e uma base tecnológica débil, criando, assim, um ambiente ineficiente ao desenvolvimento capitalista. Em Furtado, o traço essencial do subdesenvolvimento é o caráter heterogêneo do mercado interno, que resulta da propagação desigual do progresso técnico em nível mundial. Para Cardoso e Faletto, a singularidade reside na estrutura de dominação interno-externo condicionante das lutas que, no interior dos países, as classes travam em torno do controle do sistema de produção, configurando situações de dependência. Agora, para a Escola de Campinas, o caráter tardio do capitalismo brasileiro expressa um padrão específico de industrialização determinado pelo seu passado (colonial) e pelo seu momento (etapa do capitalismo monopolista). Neste caso, a ênfase recai sobre a possibilidade de incorporação do progresso técnico e de sua capacidade para diferenciar o consumo capitalista. Na visão de Caio Prado Jr., o subdesenvolvimento e a dependência têm raiz no sentido da colonização, que persiste em se reproduzir no Brasil contemporâneo, fazendo com que a sociedade nacional em formação se organizasse em torno dos interesses

forâneos (o imperialismo). Levando adiante a crítica de Prado Jr., em Marini a ênfase no estudo do desenvolvimento do capitalismo dependente recai sobre as formas de exploração da força de trabalho na periferia da economia mundial capitalista (superexploração) e nas implicações da dinâmica específica do capitalismo sobre as perspectivas de luta política revolucionária (o subimperialismo).

Não obstante todas essas diferenças, quando inquerimos sobre qual unidade de análise os intérpretes consideram apropriada ao estudo da mudança social, a resposta é a mesma: o Estado nacional. Ainda que todos não desconsiderem a economia mundial capitalista, caracterizando a economia brasileira a partir das formas de integração com o mercado mundial, a unidade fundamental que dá inteligibilidade aos fatos sociais é o Estado nacional. Isto ocorre porque a construção da nação tornou consensual o encaminhamento da luta política por meio da disputa do poder do Estado, tanto para os neoliberais, como para os reformistas e socialistas. Ao se estudar o processo de modernização à luz da construção da nação, incorre-se em problemas analíticos insolúveis da relação interno-externo, por exemplo: se a dinâmica da economia brasileira é determinada de “fora para dentro” ou de “dentro para fora”; ou, do ponto de vista dos interesses, se existe ou não uma burguesia nacional; ou como as estruturas de poder mundial expressavam-se nacionalmente

e, conseqüentemente, se devia lutar ou não contra o imperialismo; se a elite nacional é ou não é alienada, e por aí vai.

Outro ponto comum é a não distinção entre esferas da existência (economia, política e cultura) e níveis de realidade (estrutura, conjuntura e evento)⁵. Roberto Campos, por exemplo, não chega a conceber uma teoria sobre o tempo na medida em que, para ele, a história corresponde à análise cronológica dos eventos, cuja inteligibilidade está na teoria através da qual os fatos são interpretados. Contudo, Furtado, Cardoso e Faletto, bem como Cardoso de Mello, tendem a considerar como estrutural aquilo que na concepção braudeliana sobre os tempos sociais corresponde ao tempo conjuntural⁶. Na verdade, as transformações “estruturais” que estas respectivas narrativas procuram enfatizar são redistribuições dos elementos que configuram um determinado modo de produção por determinado período de tempo. Por exemplo, uma vez introduzidas as formas de produção especificamente capitalistas no Brasil, tal modo de produzir a vida é considerado como um parâmetro fixo na análise e a atenção volta-se para as transformações que o mesmo sofre no sentido de assegurar sua existência. São exemplos deste estilo de pensamento: a análise do fluxo da renda de Furtado para cada ciclo da economia brasileira, ou o exame das transformações das situações de dependência de Cardoso e Faletto, ou ainda a análise dos padrões

endógenos de acumulação capitalista de Cardoso de Mello e Tavares. Por outro lado, embora não considerem o modo de produção capitalista como padrão fixo, Caio Prado Jr. e Ruy Mauro Marini operam movimento semelhante. Os pensadores marxistas procuravam justamente reconhecer nas conjunturas as possibilidades de fissura no modo de produção que permitissem encaminhar uma luta política de caráter socialista. A dificuldade comum aos reformistas e socialistas reside, neste caso, no fato de não distinguirem níveis de realidade de esferas da existência, crítica que se aplica à Escola de

5 Em sua discussão sobre historiografia, o professor Fernando Novais (2005; 2011) observa que o materialismo histórico deve ser compreendido com uma teoria da história que procura conceitualizar simultaneamente todas as esferas da existência social. O historiador difere, dessa forma, das interpretações que associam o conceito de modo de produção a sistema econômico. Sua ênfase no conceito de modo de produção da vida tem por objetivo destacar a possibilidade de utilizá-lo como critério de periodização na medida em que os homens, no curso de suas existências, vivem simultaneamente todas as esferas da existência. Sendo assim, para Novais, um período se caracteriza pela maneira como as diferentes esferas da existência se encontram articuladas no tempo e no espaço, conferindo historicidade ao objeto. Neste passo, emerge o problema das mediações entre as diferentes esferas da existência (e.g., economia, política e cultura) e entre os diferentes níveis de realidade (estrutura, conjuntura e evento). Neste ponto, Novais argumenta pela importância do sujeito do conhecimento se mover na esfera do eventual, pois é nesse âmbito que as próprias estruturas se reproduzem e as mudanças sociais operam. Muito embora a tese do professor Novais seja polêmica, e exigiria desenvolvimento mais aprofundado, nos limites do presente artigo, recorre-se ao historiador na medida em que sua reflexão permite equacionar as diferentes narrativas sobre a formação do Brasil contemporâneo, avaliando a contribuição de cada intérprete em exercício de crítica positiva dentro de um quadro analítico histórico-mundial.

6 Cf. “História e Ciências sociais: a longa duração”, de Braudel (1992 [1958]).

Campinas⁷, à vertente marxista da dependência, e, em parte, a Prado Jr., pois assumem o conceito de modo de produção a partir do esquema base-superestrutura.

Essas considerações exigem aprofundar a análise dos elementos teóricos constitutivos das narrativas sobre a formação do Brasil contemporâneo na medida em que a conceitualização simultaneamente das diferentes esferas da existência no processo de transição ao Brasil contemporâneo é a tarefa mais difícil e, ao tentar contorná-la, os intérpretes acabaram ou simplificando em demasia a realidade, ou pressupondo a análise de um campo do conhecimento em outro sem a devida reconsideração. Por exemplo, em Roberto Campos, a ênfase recaiu sobre a dimensão cultural, ao destacar a morosidade do brasileiro em aceitar um estilo de vida regado pela razão instrumental. Furtado, embora muito preocupado em elaborar uma análise interdisciplinar, recorrentemente deu mais destaque ao econômico, salientando os obstáculos à formação do mercado interno a partir da especificação das condições sobre as quais as teorias econômicas possuíam alguma validade explicativa e normativa. Cardoso e Falleto, por mais que procurassem integrar a análise do desenvolvimento estabelecendo o diálogo entre economia e política, limitaram-se a demonstrar o “poder econômico como dominação social”, ou seja, traduzir para o político aquilo que está definido no econômico. Nesse sentido, a ênfase

no padrão de luta de classe pelo poder do Estado, condicionado pela estrutura de dominação interno-externo, e a possibilidade do controle do sistema nacional de produção pressupunham a análise econômica CEPAL sobre a evolução das economias latino-americanas. Com a Escola de Campinas ocorreu o contrário. Cardoso de Mello procurou superar o formalismo da análise cepalina através da incorporação dos conceitos marxistas de modo de produção e formação social. Seu objetivo era determinar os padrões endógenos de acumulação sobre os quais a formação social brasileira se organizava. Cardoso de Mello tinha por objetivo apontar os espaços ao exercício do arbítrio do Estado sobre o sistema econômico, ficando subjacente a ideia de que o poder político pode ser um contraponto ao poder econômico. Ideia herdada de

7 A esta altura, o leitor familiarizado com o debate sobre a formação do Brasil deve estar se perguntando sobre a relação de Fernando Novais com a Escola de Campinas. Sem dúvida, este é um ponto que precisa ser ainda esclarecido pela historiografia econômica brasileira. Embora Novais e Cardoso de Mello (1998) tenham assinado em parceria o ensaio *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*, vale destacar que esta análise deve ser considerada à luz da problemática das condições de privacidade. No escopo do presente trabalho, observa-se que o esforço de revisão se concentra nas teses clássicas de ambos os autores, publicadas ao longo da década de 1970. Compreende-se que o desenvolvimento da categoria “capitalismo tardio” por João Manuel Cardoso de Mello se apoia na reflexão de Novais na medida em que a desestruturação da sociedade colonial a partir da crise do Antigo Regime lhe permite rastrear os elementos genéticos do processo de constituição das formas especificamente capitalistas de produção no Brasil com o objetivo de determinar a relação dinâmica entre as formas do capital nas diferentes etapas da economia brasileira. Contudo, o contrário não se aplica. Em sua tese, Novais estava preocupado em demonstrar o papel da colônia portuguesa na América no processo de constituição do capitalismo como um sistema mundial. É exatamente este ponto que se procura resgatar e levar adiante a partir da perspectiva do sistema-mundo.

Furtado. Não obstante, ao se apoiar na metáfora base-superestrutura, este esquema analítico ficou atado pelo determinismo econômico, por mais que admita a autonomia relativa do Estado. Por fim, Marini, diferentemente da Escola de Campinas, procurou determinar a dinâmica da reprodução do capital na economia brasileira a partir de um modelo não endógeno. O fio condutor de sua análise eram as novas formas de exploração da força de trabalho. Deste ponto de vista, o conceito de superexploração reteria a singularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro. A relação entre o econômico e o político em Marini pode ser observada a partir do conceito de subimperialismo na medida em que os dois poderes reafirmam conjuntamente o caráter desigual do capitalismo no Brasil e da incapacidade de superá-lo por meio de reformas. Como a Escola de Campinas, o esquema analítico de Marini também fica restrito ao esquema base-superestrutura. Diferem, portanto, da perspectiva historiográfica na qual o historiador procura, para uma dada época, recompor a um só tempo todos os elementos de sentido que compunham aquela realidade, integrando economia, política e cultura.

A qual implicação é levado o sujeito do conhecimento ao estudar a mudança social a partir da construção da nação? Ao pressupor o Estado nacional como unidade de análise e não distinguir esferas da existência de níveis de realidade, o sujeito do conhecimento é levado a inverter

a lógica de apreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ao invés de problematizar o desenvolvimento capitalista em si, atendendo-se ao modo como este foi penetrando nas diferentes sociedades, os intérpretes acabaram por discutir a viabilidade de apoiar ou não a formação de uma sociedade nacional em bases capitalistas. Essa inversão, como se procurou indicar, deriva da tensão entre o que significava construir a nação e o pressuposto teórico de que o capitalismo em geral concretiza-se nacionalmente. Por isso foi concebível a possibilidade de se reproduzir em menor escala, no interior de um Estado nacional, uma divisão do trabalho autossuficiente capaz de assegurar as condições de reprodução do capitalismo e, ao mesmo tempo, conter suas tendências desigualizadoras, na medida em que o mercado interno seria a base para alargar os direitos de cidadania.

Sem abandonar o fato real da formação de sociedades nacionais, mas buscando superar os limites do estudo da formação do Brasil à luz da problemática da construção da nação, contribuições recentes vêm tentando recolocar o problema da formação nos quadros do sistema-mundo moderno.

3. Contribuições a partir da perspectiva dos sistemas-mundo

Para superar algumas das ambiguidades apontadas acima, é necessário transcender o véu que ofusca o papel do Estado e de sua relação com o econômico no processo de formação do Brasil contemporâneo, adotando perspectivas não setorializadas e desapegadas do projeto de construção da nação. Isto não significa negar a pertinência da questão nacional, nem tampouco recusar os clássicos do pensamento social

brasileiro. Ao contrário, exige revisitar o debate de maneira historicizada a partir de um quadro analítico alternativo que priorize as transformações das formas de sociabilidade engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo histórico⁸.

Dentro da problemática da formação do Brasil contemporâneo no contexto da expansão da civilização ocidental, Pedro Vieira (2010, 2012) tem contribuído diretamente para estudar o Brasil nos quadros do sistema-mundo moderno, buscando contornar os obstáculos ao estudo da

8 Não é novidade o esforço para superar as fronteiras disciplinares das ciências sociais e retomar seu diálogo com a história. Tão velho quanto este esforço é a tentativa de construir uma ciência social historicamente fundamentada. A parte mais difícil deste debate tem sido, não obstante, estabelecer um diálogo entre a economia e as demais ciências sociais, bem como entre as ciências sociais e a história. Muitos anos atrás, em seu livro *A Grande Transformação*, Karl Polanyi assinalou a principal falácia sobre a qual as ciências sociais foram construídas no século XIX e que permaneceu influente ao longo do século XX. De acordo com Polanyi (2012a [1944]), todos os ramos das ciências sociais foram estabelecidos sobre a hipótese de A. Smith da propensão natural do homem à barganha e à troca. Como resultado, desenvolveu-se no pensamento social do século XIX uma mentalidade de mercado que resultou na falácia economicista. A falácia economicista é um erro lógico no qual a economia humana é equiparada com a forma específica mercado. Na opinião do autor, este mal-entendido resulta da definição formal de economia, a qual compreende o econômico logicamente como relação de meios e fins, em que o agente satisfaz suas necessidades e desejos minimizando os meios. Como resultado, a produção material da vida não só é reduzida a um problema de escassez, mas também é enunciada como uma verdade universal. No entanto, escassez e escolha relativa são, para Polanyi (2012b [1977], p. 72 – Grifos do autor), uma situação especial onde “[...] economizar ou conseguir algo abaixo do preço, refere-se à escolha entre usos alternativos dos meios insuficientes”. De acordo com a definição substantiva da economia, para Polanyi a subsistência do homem depende da relação entre o homem e a natureza e entre o homem e seus pares, que pode ou não envolver a escolha no sentido das escolhas de mercado. Em algumas sociedades, costumes e tradições podem eliminar o problema de escolha. Portanto, Polanyi argumentava que o conceito formal do econômico induz historiadores econômicos a transpor esta forma específica de

economia para outras sociedades, e cientistas sociais a assumir seu significado sem questionamento. A crítica de Polanyi sugere que ambos têm compreendido mal o lugar da economia na vida cotidiana e, principalmente, como ela se conecta com a sociedade. Polanyi, em nenhum momento, colocou em dúvida a análise econômica. Seu objetivo era estabelecer os limites históricos e institucionais para as economias em que o mercado formador de preço tinha sua influência. Com isso, ele pretendia transcender as limitações inerentes à análise econômica, contribuindo para uma teoria geral da organização econômica. A crítica de Polanyi é bem-vinda no sentido de abrir as ciências econômicas. Aceitá-la não significa, contudo, admitir qualquer superioridade de seu esquema analítico. A distinção entre economia formal e substantiva estabelecida por Polanyi, além de dar importante passo na desconstrução da ciência econômica *mainstream*, é muito útil para estabelecer uma ponte entre as ciências econômicas e as demais ciências sociais e a história. Nesta direção, as reflexões de Fernand Braudel (1992 [1959], p. 43) somam-se ao esforço de Polanyi a partir de uma teoria dos tempos históricos segundo a qual a pluralidade do tempo social, em especial, a longa duração, seria “indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem”. Influenciado tanto por Polanyi como por Braudel, Wallerstein (1974) também se vinculou a este empreendimento de repensar as ciências sociais compartimentadas que nasceram no século XIX. Seu esforço tem sido construir uma perspectiva de análise unidisciplinar. Em alguma medida, a crítica de Rogério Forastieri da Silva e Fernando A. Novais ao materialismo histórico a partir da dialética das durações de Braudel também converge no sentido de recuperar a perspectiva totalizante. Para Silva e Novais (2011, p. 48), como apresentado anteriormente, o materialismo histórico deve, enquanto teoria da História, ser entendido como “[...] o esforço de teorização simultânea das várias esferas da existência”.

mudança social a partir da problemática do desenvolvimento nacional⁹. Segundo o professor, é preciso enfrentar simultaneamente a questão da unidade de análise apropriada ao estudo da mudança social, por um lado, e delimitar a problemática da formação Brasil como concretização de uma lógica sistêmica, por outro.

Conforme explica Vieira:

A questão central [...] diz respeito à escolha e explicitação da unidade de análise. Como dito acima, se ampliamos o escopo da unidade de análise, podemos passar do indivíduo para a família, para a classe, para a economia-nacional e para a sociedade mundial. Enquanto pudermos fazer esta ampliação e identificarmos relações externas à unidade considerada, ou melhor, enquanto a reprodução desta unidade depender de intercâmbios com agentes externos a ela, não estamos diante de uma unidade autodeterminada. O movimento cessa quando chegamos à unidade maior, envolvente, autocontida, que é o sistema histórico e que denominamos economia-mundo. Nesta ordem de ideias, a dicotomia local-sistêmico ou interno-externo perde consistência, pois o espaço da análise se estende para os encadeamentos à jusante e à montante da unidade considerada, o que obriga o pesquisador a ampliar seu campo de estudo para todo este conjunto de relações ou intercâmbios, independente da jurisdição política em que se localizem. (VIEIRA, 2010, pp. 503–504)

⁹ Para uma discussão preliminar sobre a questão do nacionalismo metodológico nas ciências sociais, ver Medeiros (2010) e Vieira (2015).

Como alternativa à adoção do Estado nacional como unidade de análise, Vieira dedicou-se ao estudo da cadeia mercantil do açúcar no século XVI. Seu objetivo central foi demonstrar como certos espaços do Brasil-colônia integravam-se ao processo de formação da economia-mundo europeia. O mérito de Vieira consiste, portanto, em prover uma demonstração empírica daquilo que Wallerstein chamou de divisão mundial e axial do trabalho, pela qual os diferentes espaços da economia-mundo são integrados sob diferentes regimes de controle de trabalho (assalariamento, escravidão e segunda servidão).

Pari passu a questão da unidade de análise, Vieira chama a atenção para o caráter sistêmico da formação do Brasil. Segundo ele,

Desde que adotamos a Perspectiva dos Sistemas-Mundo, estamos buscando interpretar a formação e a evolução da economia e da sociedade no Brasil como concretização, em um espaço determinado, da formação e expansão do sistema-mundo capitalista. Neste ensaio faremos isso para o longo século XVI (1450-1650). Com este propósito, procuraremos estabelecer conexões entre acontecimentos históricos para revelar forças sistêmicas que condicionaram as histórias portuguesa e brasileira. Nesta grande e fascinante empreitada, assumimos o risco de ter gerado um texto muito descritivo e pouco analítico. Os acontecimentos históricos de que tratamos, embora possam ser conhecidos pelos historiadores dos respectivos períodos ou regiões, não se encontram reunidos para compor o quadro sistêmico em que se situam Portugal e sua colônia na América. (VIEIRA, 2012, p. 208)

Problematizar do geral ao particular buscando as conexões fundamentais entre o Brasil e sistema-mundo moderno é teoricamente correto. No entanto, a afirmação do professor Vieira pode ser reelaborada. Por exemplo, como a lógica sistêmica se concretiza em um determinado espaço-tempo? Ou, de modo reverso, sobre quais singularidades a lógica sistêmica se fundamenta e se reproduz? É sabido que a integração a um só tempo de diferentes espaços pela divisão social do trabalho não conforma necessariamente sociedades política e culturalmente semelhantes. Historicamente, o capital mercantil, por exemplo, foi capaz de articular e até mesmo engendrar diferentes formas de sociabilidade com o objetivo da acumulação capitalista. Como observou o professor Mariutti,

Entre os séculos XVI e XVIII, a economia-mundo moderna era articulada pela rivalidade política entre os Estados em formação e pelas teias do capital mercantil. No caso deste, nos primórdios, o entrelaçamento inicial era pouco tênue e se dava essencialmente pelo cume, isto é, em torno do consumo conspícuo. Progressivamente algumas transformações que operavam na base – *i.e.*, as respostas *locais* à crise do século XIV, estruturadas pela luta de classes (a temática do “debate da transição”) – possibilitaram com que a rede de transações do capital mercantil perpassasse indiretamente os polos manufatureiros que começaram a surgir em algumas regiões da Europa Ocidental, articulando as Américas, porções da África e a Europa Oriental, fato que acabou por gerar um vínculo entre as transfor-

mações operadas nestas regiões: enquanto o centro em constituição tendia para a produção baseada na manufatura e nos pequenos produtores independentes, a periferia e a semi-periferia tendiam para a especialização no fornecimento de matérias primas e gêneros alimentícios, com base no trabalho compulsório. Logo, o *tipo de produção* tendeu a se vincular com a forma de controle sobre o trabalho e o sistema político local. (MARIUTTI, 2012, pp. 5-6 – grifo do autor)

Como se pode observar, ainda que o estudo das cadeias mercantis revele a tenacidade dos vínculos do Brasil com a economia-mundo capitalista, do ponto de vista analítico, não se pode esquecer que seu estudo consiste apenas no primeiro passo da análise, na medida em que permite apreender empiricamente como os diferentes regimes de trabalho que sustentam a produção material da vida se tornam interdependentes à medida que a força de trabalho se proletariza e o mercado mundial se expande. Não obstante, do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo histórico e das formas de sociabilidade que ele destrói, engendra, recria e articula, verificam-se duas lacunas na agenda de pesquisa do professor Vieira. Primeira, sua ênfase nos estudos das cadeias mercantis requer ainda uma análise integrada das dimensões econômica, política e cultural. A segunda lacuna refere-se ao escopo temporal de sua pesquisa se restringe ao período de formação da economia-mundo capitalista. Consequentemente, escapa ao olhar curioso do professor a ampla renovação

pela qual o sistema-mundo moderno passou com a Revolução Industrial e com a Revolução Francesa, bem como com a incorporação da Rússia, do Império Otomano, do Subcontinente Indiano e da África Ocidental, e, sobretudo, com a descolonização das Américas.

O presente artigo se orienta no sentido de suprir tais lacunas explorando um caminho analítico alternativo, no qual se buscará compreender a formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno a partir da relação do Estado brasileiro em formação com as formas de produção material da vida legadas do período colonial no sentido de instituir a economia de mercado como mecanismo de regulação social¹⁰. Para tanto, retoma-se a questão da transição da sociedade colonial na América Portuguesa para o Brasil contemporâneo. Esta questão é central não só porque possibilita um diálogo com o pensamento social brasileiro, mas, sobretudo, porque permite vincular a mudança social que se processou no Brasil a partir do século XIX com as transformações qualitativas pelas quais o sistema-mundo como um todo passava na época.

Nesta direção, Vieira recomenda que

o estudo da América Latina deve partir da condição colonial. No caso do Brasil, este suposto implica que a formação da economia-mundo capitalista e de seu sistema interestatal atingiram o território americano através do filtro português, tanto no que se refere ao Estado quanto

à acumulação de capital. Em outras palavras, entender a forma como o Estado português se inseriu no sistema interestatal e como o território português foi incorporado aos processos mundiais de acumulação de capital é o que nos permitirá esclarecer as mudanças que os dois processos mencionados por Tilly (1984) – criação de um sistema de estados nacionais e a forma de um sistema capitalista mundial – provocaram no território que hoje é o Brasil. (VIEIRA, 2012, pp. 211–212)

Partir da situação colonial levando em conta a posição de Portugal na expansão comercial europeia não é novidade ao pensamento social brasileiro. Vide, por exemplo, Caio Prado Jr. (2008 [1942]) e Celso Furtado (2003 [1959]). A

10 A discussão sobre a instituição da economia de mercado como mecanismo de regulação social tem origem em Adam Smith em sua resposta aos problemas da filosofia política dos séculos XVII e XVIII com relação ao estabelecimento da paz civil. Como lembra Pierre Rosanvallon (2002), Smith sugeriu que a associação entre os indivíduos fosse estabelecida com base nas necessidades das pessoas ao invés do medo da morte (Hobbes), da conservação da propriedade (Locke) ou da preservação da liberdade (Rousseau). Ao assumir que os indivíduos são naturalmente egoístas e propensos à troca, Smith compreendia que o mercado poderia cumprir a função de ordenador das necessidades sociais sem que os indivíduos estivessem sujeitos ao arbítrio da autoridade de outra pessoa. Este argumento de Smith repercutiu sobre a obrigação do pacto social tanto com relação à organização das sociedades nacionais quanto sobre o fundamento da relação entre as nações. No primeiro caso, o mercado converter-se-ia em um mecanismo impessoal de regulação social na medida em que os indivíduos ficariam sujeitos à lei do valor. No segundo caso, Smith alterou as bases do mecanismo de equilíbrio de poder ao propor o comércio como fundamento das relações internacionais. Antes visto como um jogo de soma zero, a partir da ideia de mercado o equilíbrio de poder foi convertido em um jogo de soma positiva, estimulando a cooperação entre as nações. Smith acreditava que, através do mercado, estabelecer-se-iam, ao mesmo tempo, a paz civil e a paz entre as nações. Com isso, a sociedade de mercado tornava-se arquétipo de uma nova representação social.

controvérsia central não reside neste ponto. A dificuldade em estudar a formação do Brasil contemporâneo começa quando a sociedade colonial emancipa-se politicamente de Portugal, tornando-se um país formalmente independente. Foi no contexto das lutas pela independência que se abriu a discussão em torno das condições para a consolidação da sociedade nacional. Destarte, os estudos sobre a formação do Brasil passaram a ser condicionados pela perspectiva da construção da nação. Em consequência, a ambiguidade entre Estado e mercado foi reforçada.

Sem ignorar a polêmica, mas tentando encontrar um ponto de partida sólido, não parece haver desacordo com relação à sociedade colonial na América portuguesa e ao Brasil contemporâneo representarem dois momentos distintos da história do Brasil. Tanto aquela quanto este estão intimamente conectados com a história do sistema-mundo moderno. A sociedade colonial na América portuguesa foi fruto do processo de expansão da economia-mundo europeia no longo século XVI, dando origens a diferentes formas de vida, que se vinculavam à economia-mundo europeia pelo Antigo Sistema Colonial. Já o Brasil contemporâneo teve origem com os processos de emancipação política no contexto das revoluções liberais e da revolução tecnológica na indústria, que provocaram a crise final do Antigo Regime entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX (a segunda

era de expansão da economia-mundo capitalista), momento em que as estruturas econômica, política e cultural do sistema-mundo moderno foram consolidadas, dando origem a um sistema imperialista capitalista de dominação a partir do qual se exportou, para parte da periferia, o modo de vida capitalista. Deste então, as Revoluções Industrial, Estadunidense (1776) e Francesa (1789) converteram-se em símbolos do progresso, tornando-se modelos para a formação das sociedades nacionais que emergiam na periferia do sistema-mundo moderno ao longo do século XIX na América Latina, e ao longo do século XX na África.

Com base neste quadro, a formação do Brasil contemporâneo faz parte da revolução sistêmica engendrada pela hegemonia britânica no século XIX e levada adiante pela hegemonia estadunidense no século XX. Neste longo período, o modo de produção da vida essencialmente capitalista projetou-se para a periferia do sistema, provocando uma transformação qualitativa não apenas no Brasil, mas também na evolução do sistema-mundo moderno. Essas transformações passaram a requerer a proletarização de pelo menos *parte* da força de trabalho localizada nas zonas periféricas. À medida que as relações de produção especificamente capitalistas se estabeleciam nesses espaços, a economia de mercado foi emergindo como mecanismo de regulação social. Alguns desenvolvimentistas problematizaram esta questão a partir da capacidade de

incorporação do progresso técnico (cf. FURTA-DO, 2003 [1959]; MELLO, 1984 [1975]; PREBIS-CH, 1986 [1949]). No campo marxista, a mesma questão aparece na problemática da exportação de capitais, dando origem à luta contra o imperialismo (cf. MARINI, 2008; PRADO JR., 2004 [1966]). Em ambos os casos, a ênfase recaiu sobre os meios de produção a partir da dicotomia interno-externo, haja vista o pressuposto de que a acumulação capitalista possuía uma referência nacional. Levando adiante as sugestões de Vieira (2010, 2012) e Mariutti (2012), procura-se desviar desta dicotomia trazendo à baila a textura do sistema-mundo moderno no tempo e através do espaço.

Dessa forma, compreender a formação do Brasil contemporâneo no contexto das transformações qualitativas do sistema-mundo moderno a partir do século XIX requer focar no processo de desenraizamento da economia, isto é, no processo de separação institucional do sistema econômico do conjunto da sociedade e da consequente sujeição desta à lógica do mercado formador de preço¹¹. Para tanto, faz-se necessário, antes, recuperar a questão transversal a todas as formas de vida social não-capitalistas¹² que formavam a colônia portuguesa na América no começo do século XIX: a questão da subsistência ou da produção e distribuição dos meios de vida. A partir dela, pode-se apreender sob outro ângulo o processo de dominação capitalista e da formação do modo de vida a ele

correspondente. Como lembra Marx,

Na realidade, a dominação dos capitalistas sobre os operários não é mais do que a dominação sobre estes das *condições de trabalho* (entre os quais se contam também, para lá das condições objetivas do processo de produção – ou seja, os *meios de produção* – as condições objetivas da manutenção e eficácia da força de trabalho, quer dizer, os *meios de subsistência*), condições de trabalho que se tornam autônomas, e precisamente face ao operário. (MARX, 2004, p. 55)

Nesta passagem, Marx destaca a importância do controle dos meios de subsistência para a dominação capitalista. Posto deste modo, o debate

11 De acordo com Polanyi (2012b, pp. 100–101), o sistema econômico “[...] abarca os traços comportamentais relacionados com a produção e a distribuição de bens materiais [...]” necessários à reprodução material do conjunto da sociedade. Em seus estudos, Polanyi estava interessado em saber se nas diferentes sociedades (arcaica, tradicional e moderna) a produção dos meios de vida era ou não “[...] um mero subproduto do funcionamento de outras instituições não econômicas”. Polanyi observou que, em muitos casos, o sistema econômico encontrava-se enraizado, ou seja, não estava institucionalmente separado do restante da sociedade. Nestes casos, a disposição das terras, a organização e divisão do trabalho, e as demais atividades envolvidas na produção da subsistência estavam definidas pelas relações de parentesco ou lealdade sobre as quais se sedimentavam as diferentes organizações sociais. Nestas situações, há uma consciência subjetiva da economia. Por outro lado, Polanyi observou que, nas sociedades modernas, o sistema econômico encontrava-se desenraizado da sociedade. Nestas sociedades, a produção dos meios de vida estava subordinada ao mecanismo de mercado, portanto, estranho à sociedade, que opera segundo a lógica do valor de troca. Neste tipo de sociedade, há uma consciência conceitual do processo econômico, o qual se reflete no nascimento da Economia Política Clássica.

12 Partimos do pressuposto segundo o qual os núcleos coloniais que conformavam a sociedade colonial na América portuguesa no começo do século XIX, embora fossem produto das formas de produção organizadas pelo capital mercantil para suprir alguns elos do comércio de longa distância, integravam-se basicamente pela domesticidade e pela redistribuição. Ainda que houvesse algum tipo de comércio “interno” à colônia, organizado com base no mercado, isto não significa que os diferentes núcleos coloniais se estabilizassem pelo mercado.

sobre o desenvolvimento deu maior ênfase ao domínio sobre os meios de produção, pois se acreditava que as máquinas e equipamentos, portadores da tecnologia, engendrariam na sociedade a razão instrumental que transformaria a estrutura social. Não obstante, frente à crescente desigualdade inerente à generalização das formas de produção especificamente capitalistas, os desenvolvimentistas acreditavam que pelo Estado nacional conseguir-se-ia domesticar o desenvolvimento capitalista, sujeitando o capital aos objetivos nacionais democraticamente construídos. Nesta perspectiva, ao dispor de uma base autônoma de desenvolvimento, a sociedade brasileira estaria apta a construir as bases objetivas de uma sociedade nacional igualitária nos marcos da civilização capitalista. Deste ponto de vista, a relevância do domínio capitalista sobre os meios de subsistência não chegou a ser objeto de investigação sistemática. Ao contrário, a noção de economia de subsistência foi vinculada à ideia de atraso como se fosse o esteio para a reprodução de formas tradicionais de vida. Celso Furtado (2003[1959], pp. 123–128), por exemplo, ao analisar os obstáculos à transição para o trabalho assalariado, argumentou que o setor de subsistência restringia a oferta potencial de mão de obra. Para ele, dados a abundância de terras e o regime de propriedade à época, era possível expandir o número de roças sem aprofundar a faixa de uma economia monetária. Ao assegurar ao

caboclo a subsistência de sua família, a roça, lembra Furtado (*ibidem*, p. 127), ao invés de ser um meio para emancipação, reforçava “[...] os vínculos sociais a um grupo, dentro do qual se cultivava a mística de fidelidade ao chefe como técnica de preservação do grupo social”. Ao enfatizar os meios de produção (o progresso técnico), Furtado parece incorrer no equívoco de identificar economias de subsistência com arcaísmo. Ou, mais precisamente, de supor que economias de subsistência são incapazes de produzir excedentes¹³.

Ao contrário, sugere-se enfatizar as mutações das formas de sociabilidade que têm origem na relação entre a produção dos meios de vida dos diferentes núcleos de organização social e as transformações histórico-mundiais do capitalismo histórico. É neste sentido, pois, que o estudo da historicidade da economia de mercado apresenta-se como fio condutor à compreensão da formação do Brasil contemporâneo nos quadros do sistema-mundo moderno.

13 Para uma visão contrária, ver Pierre Clastres (2013).

4. Capitalismo histórico e formas de sociabilidade

Historicamente, as sociedades sedimentam-se com base em formas de integração e estruturas de apoio conformando, em cada tempo-espço, estruturas e dinâmicas sociais peculiares¹⁴. Conforme Wallerstein (1974), à medida que os capitalistas penetraram nas comunidades da Europa ocidental no longo século XVI (1450-1640), em específico no campo, desencadeou-se um processo de ruptura estrutural em que a mercantilização da vida foi se convertendo em principal indutor da mudança social. Os capitalistas passaram a integrar as diferentes zonas da Europa por meio de redes de comércio de longa distância que articulavam diferentes sistemas de produção. Na época, essas redes cobriam a Europa Ocidental e partes da América e África. Estas diferentes zonas distinguiam-se com base no tipo de controle sobre o trabalho. Por exemplo, no Leste europeu, o reforço da segunda servidão; nas colônias americanas, instaurou-se a escravidão moderna e, na Inglaterra, difundiu-se o assalariamento. *Pari passu* à reorganização das atividades econômicas, a ascensão das monarquias absolutas permitiu a incorporação dos capitalistas às estruturas de poder das sociedades nacionais nascentes. Estas estruturas de poder, pouco a pouco, deram origem a Estados fortes que exerciam seu domínio sobre as zonas periféricas e estabeleciam contatos com as arenas externas. Com a crise

do século XVII, a economia-mundo capitalista em formação ganhou novo impulso. De 1600 até 1750, além das inovações técnicas do ponto

14 Como ensinou Karl Polanyi (2012b [1977], p. 83), as formas de integração correspondem aos “[...] movimentos institucionalizados pelos quais se conectam os componentes dos processos econômicos, desde os recursos materiais e o trabalho até o transporte, o armazenamento e a distribuição de produção”. Dizem respeito, portanto, às maneiras como bens e pessoas são combinados para superar as dificuldades que envolvem a produção da subsistência. Segundo o autor, existem basicamente quatro princípios de integração: a reciprocidade, a redistribuição, a domesticidade (*household*), e a troca. A reciprocidade, segundo Polanyi (2012a [1944], p. 50 et. seq.), “[...] atua principalmente em relação à organização sexual da sociedade, i.e., família e parentesco”. A redistribuição, por sua vez, atua “[...] em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum e têm, assim, um caráter territorial”. Não obstante, reciprocidade e redistribuição dependem da institucionalização de estruturas de apoio que as validem socialmente. Por exemplo, a integração recíproca depende de uma estrutura simétrica de sustentação. Nesta situação, é necessário que haja, de acordo com Polanyi (2012b [1977], p. 85), “[...] a presença de dois ou mais grupos simetricamente situados, cujos membros possam se comportar de maneira semelhante, uns com os outros, nos assuntos econômicos.” No caso da redistribuição, a estrutura centralizada depende da existência de um centro reconhecido. Através destas distinções, Polanyi chamou atenção para o fato do funcionamento do sistema econômico poder ser assegurado pela reciprocidade do comportamento social (simetria) ou pela centralização e redistribuição do excedente social sem, contudo, estar sujeito à uma administração complexa com base em registros escritos (racionalidade instrumental). Diferentemente da reciprocidade e da redistribuição, a *domesticidade* refere-se a grupos fechados ou *autárquicos*, “[...] tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades autossuficientes [...]”, observa Polanyi (2012a [1944], p. 56 et. seq.). Nestes casos, ele ainda observa, “[...] o princípio era o de produzir e de armazenar para a satisfação das necessidades do grupo”. O caráter de cada grupo não é relevante, definindo-se pelo sexo, pela localidade e pelo poder político. Irrelevante também é a forma de organização interna de cada grupo, que pode ser despótica ou democrática. A distinção fundamental é a produção de valores de uso. O princípio de *troca* ou *permuta*, por sua vez, depende de um *padrão de mercado*. Por isso, diferentemente da simetria, da centralidade e da autarquia, o padrão de mercado, quando se relaciona com a motivação à permuta, pode gerar a instituição do mercado formador de preço. Nesta situação específica, o sistema econômico passa a ser regulado pelo mercado, estando sujeito a uma administração complexa (a racionalidade instrumental), conformando assim uma economia de mercado.

de vista dos meios de produção, teve origem o sistema interestatal moderno. Na ocasião, a Holanda ascendeu como potência hegemônica, estabelecendo a estratégia de acumulação que impulsionou o sistema para uma nova fase de expansão. A crise do século XVII engendrou também uma competição entre as zonas periféricas, muitas das quais, para sobreviverem, dependeram de uma rearticulação à economia-mundo capitalista em fase de consolidação. O questionamento da hegemonia holandesa veio a ocorrer com a ascensão da rivalidade franco-britânica ao longo do século XVIII. Quando se acirrou a disputa pela sucessão hegemônica, a Grã-Bretanha saiu vitoriosa. As razões de sua vitória residiam não apenas em sua estrutura econômica “interna”, mas, sobretudo, no fato de o Estado britânico ser mais forte que o francês. Por trás desta rivalidade, operavam as forças que conduziram à Revolução Industrial na Inglaterra e à Revolução Francesa. A rivalidade franco-britânica promoveu uma expansão geográfica da economia-mundo capitalista, incorporando áreas externas como, por exemplo, a Rússia, o Império Otomano, o subcontinente indiano e a África Ocidental. Nas antigas zonas periféricas, essa rivalidade engendrou processos de descolonização nas Américas, com a criação dos Estados Unidos, dos pequenos Estados fracos na antiga América Espanhola e também na América Portuguesa (cf. NOVAIS, 1995 [1979]). A Revolução Industrial, por sua vez, promoveu uma expansão geográfica sem precedentes,

redefinindo a integração dos espaços em escala mundial através de uma reorganização dos mercados, isto é, criando um mercado mundial, que não apenas se expandia em extensão, mas também em profundidade. Por seu turno, a Revolução Francesa implicou a consolidação da geocultura liberal, que passou a legitimar o modo de funcionamento do sistema-mundo moderno a partir do século XIX.

Do ponto de vista das formas de integração, o processo de formação do sistema-mundo moderno correspondeu, na sua primeira fase (1450-1650), a uma rearticulação de diferentes ordens sociais fundadas nos princípios de domesticidade, redistribuição e reciprocidade espraiadas pela Europa em crise. Essa rearticulação foi promovida pelas redes de comércio de longa distância, que podiam ou não se estruturar em torno do princípio do mercado formador de preço. Não obstante, o avanço da concorrência intercapitalista e interestatal, a intensificação da proletarianização da força de trabalho, o progresso técnico pelo e para o capital e a incorporação de arenas externas minavam, aos poucos, a domesticidade, a redistribuição e a reciprocidade, sendo substituídas pelo princípio de mercado. Com isso, o sistema econômico foi se desenraizando das sociedades, subordinando o conjunto das sociedades à lógica da economia de mercado, no qual as motivações individuais passavam a ser o medo da fome e o desejo do lucro. (Cf. POLANYI, 2012a [1944])

Por isso, para Wallerstein, o desenvolvimento do capitalismo histórico:

[...] incluiu a ampla mercantilização de processos – não só os de troca, mas também os de produção e investimento – antes conduzidos por vias não mercantis. No anseio de acumular cada vez mais capital, *os capitalistas buscaram mercantilizar cada vez mais esses processos sociais presentes em todas as esferas da vida econômica*. Como o capitalismo é centrado em si mesmo, *nenhuma relação social permaneceu intrinsecamente isenta de uma possível inclusão*. *O desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo*. (WALLERSTEIN, 2001, p. 15 – grifo nosso)

Wallerstein afirma ainda que:

[...] o capitalismo histórico é o locus concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a “lei” que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela. É o sistema social no qual aqueles que operam segundo essas regras produziram um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros foram forçados a se adaptar ou cujas consequências passaram a sofrer. É o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais, em que *sua imposição se tornou cada vez mais firme e sua penetração no tecido social cada vez maior*, mesmo quando teve de enfrentar uma oposição social mais enfática e organizada. (*ibidem*, p. 18 – grifo nosso)

Postos nesses termos, pode-se agora repor a pergunta da pesquisa: como o *impulso a mercantilizar tudo* penetrou nos diferentes *tecidos sociais* herdados do período colonial, transformando a ex-sociedade colonial na América portuguesa no Brasil contemporâneo? No âmbito da instituição e da regulação social, trata-se de apreender a transição para ordens sociais reguladas pelo mercado nos quadros do sistema-mundo moderno.

Um caminho viável para apreender essa transição é discutir a transformação das formas de sociabilidade engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo histórico. Isto requer considerar simultaneamente: i) a maneira como as formas de produção capitalista desestabilizam estruturas sociais tradicionais; ii) o papel que a violência cumpre no processo de acumulação capitalista; e iii) a maneira pela qual a economia de mercado é instituída como um mecanismo de regulação social.

i) Marx e Engels (1998 [1848]), em seus escritos historiográficos, descreveram como o aprofundamento da divisão do trabalho vinculou, com base na produção material da vida, diferentes realidades sociais através do mundo. Tal consideração permitiu pensar a ideia de um sistema mundial no qual sociedades organizadas em diferentes regimes de trabalho articulam-se por meio do comércio/violência, criando certa interdependência para a reprodução material

do conjunto das sociedades. Mais importante, Marx e Engels sugeriram como a expansão da produção capitalista desestabiliza sociedade tradicionais, desintegrando as formas pretéritas de sociabilidade baseadas no *status*. Esta desestabilização ocorre quando a lógica capitalista penetra no tecido social redefinindo os fundamentos da ordem social na qual as sociedades sedimentam-se. Com efeito, aludem, embora de maneira superficial, à ascensão da economia de mercado como forma dominante de sociabilidade à medida que a relação entre as formas capitalistas de produção e o Estado moderno compele as relações humanas a se diluírem na esfera do valor de troca e, portanto, do fetiche.

Deste modo, pode-se falar em impulso à mercantilização da vida, impulso este que passa a ser o móvel para a compreensão da mudança social a partir da Época Moderna e, sobretudo, na Época Contemporânea. Não obstante, considerar a mercantilização da vida como móvel da mudança social não significa dizer que toda transformação social conflua nesta direção. Sabe-se que, concretamente, o desenvolvimento capitalista também engendrou formações sociais que se sedimentaram em relações sociais de produção não-capitalistas, cujo mecanismo de regulação social era não-econômico. Nas fazendas da América, por exemplo, na expressão de Braudel (2009 [1979], p. 237), o capitalismo encontrava-se em casa alheia. Para ele, as fazendas eram “criações capitalistas por excelência”,

não obstante, compatíveis com a produção de subsistência não capitalista.

De maneira geral, as observações de Marx e Engels são muito sugestivas e indicam um caminho teórico para delimitar o estudo da formação do Brasil contemporâneo nos marcos do sistema-mundo moderno. Contudo, à medida que o trabalho de Marx avançou em *O Capital*, sua atenção voltou-se para a compreensão da dinâmica do capitalismo já constituído. Como lembra Terence Hopkins (1979, p. 28), “[...] o processo de descrição e explicação da conversão contínua de meios não capitalizados de produção e subsistência em capital, no curso da expansão da economia-mundo capitalista para além de seu *locus* formativo[...]” e “[...] a integração desses processos com a autoexpansão do capital[...]” foram deixados em aberto. Deste ponto de vista, a discussão de Rosa Luxemburg (1984 [1912]) foi uma tentativa de avançar a reflexão sobre a tensão entre áreas ou ramos de produção capitalistas e não capitalistas. Daí a preocupação da autora polonesa em investigar a reprodução do capital em seu meio.

ii) Para Luxemburg (1984 [1912]), a acumulação capitalista exige, do ponto de vista de suas condições concretas, a existência de camadas e sociedades não capitalistas, tanto para assegurar os elementos materiais necessários à ampliação da produção como para fornecer trabalho vivo adequado. Consequentemente, a autora admite

que há uma tendência expansionista intrínseca ao modo capitalista de produção, que coloca em tensão o aprofundamento do “mercado interno” (“capitalista”) e o “mercado externo” (“não capitalista”). Isto se verifica, em primeiro lugar, na luta do capitalismo contra a economia natural, luta que progressivamente vai convertendo em “mercado” as camadas sociais não capitalistas – através da luta contra a escravidão e a servidão, bem como contra o comunismo primitivo e a economia camponesa patriarcal. O segundo passo é a introdução das sociedades não capitalistas na circulação mercantil, que viabiliza o acesso aos meios de produção e possibilita a realização do mais-valor. A última etapa da conversão da economia natural em economia capitalista é a separação da indústria rural da economia camponesa. Esta separação dá-se por diferentes meios: pela superioridade técnica da produção em massa; pela pressão tributária; pela guerra; pela concentração da terra; pela violência política; e pelo código penal. Portanto, segundo Luxemburg, o capitalismo toma o lugar da economia mercantil simples e ganha uma sobrevida, isto é, posterga as suas contradições ao subordinar zonas não capitalistas. Desse modo, a acumulação capitalista processa-se entre modos de produção capitalistas e não capitalistas. Nesta perspectiva, o imperialismo não consiste em um critério de periodização – uma “fase”, ou uma “etapa” –, mas numa característica perene do capitalismo. Para

Luxemburg, todo o capitalismo é imperialista. Em termos concretos, os vínculos vão sendo formados a partir de empréstimos estrangeiros, da construção de estradas de ferro, de revoluções e guerras, à medida que os Estados em formação vão sendo alienados pela dívida pública. A rivalidade entre os Estados fortes para assegurar espaços de acumulação dá origem ao protecionismo, que, por sua vez, conduz à corrida armamentista e ao militarismo, nos quais *a violência converte-se em veículo da acumulação capitalista* por reprimir a força de trabalho e por subordinar formas não capitalistas de produção.

Portanto, para Luxemburg (1984, p. 285), “considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre modos de produção capitalistas e os não-capitalistas”. Mais precisamente, “sob este prisma, ela [a acumulação de capital] consiste na mutilação e assimilação dos mesmos [dos modos de produção não-capitalistas], e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante *destruição progressiva* dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital”.

Não obstante, nem Marx nem Luxemburg exploram sistematicamente como formações sociais não capitalistas, em tensão com sociedades capitalistas, convertem-se em ordens sociais

reguladas pela economia de mercado. Por mais polêmicas e controversas que sejam as reflexões de Polanyi (2012a [1944], 2012b [1977]), neste ponto ele traz contribuições importantes.

iii) Com base na concepção de economia substantiva, Polanyi investigou, através do tempo, o lugar ocupado pelo sistema econômico nas sociedades arcaica, tradicional e moderna. Ele estava interessado em saber se o sistema econômico estava institucionalmente separado ou não do restante da sociedade. Nas sociedades arcaicas e tradicionais, a disposição das terras, a organização e divisão do trabalho, e demais atividades envolvidas na produção da subsistência eram todas determinadas por relações não econômicas, como, por exemplo, as relações de parentesco ou de lealdade, as quais sedimentavam a organização social. Neste caso, a produção dos meios de vida era, segundo Polanyi (2012b [1977], pp. 100–101), “[...] um mero subproduto do funcionamento de outras instituições não econômicas” da sociedade. O contrário ocorre nas sociedades modernas, em que o sistema econômico está desenraizado das miríades das relações sociais. Neste caso, a produção e distribuição dos meios de vida ocorrem dentro da economia de mercado, a qual se organiza como uma instituição separada do conjunto das relações sociais. Segundo o autor, esta separação envolveu a substituição das relações sociais baseadas em *status* por relações de *contractus*, na qual a produção material da vida passou a

se orientar pela motivação do lucro. Isto abriu espaço para o mercado formador de preço converter-se em um regulador da sociedade. Com observa o professor Mariutti (2012, pp. 21–22),

a autonomização [ou desenraizamento] deve ser entendida no sentido preciso de ocupar um papel central na *articulação* do modo de produção (da vida), ou, em outros termos, no capitalismo é a “economia” que estabelece o nexo central que estrutura e dá unidade a um modo de produção. [...] O ponto fundamental é que o modo de produção capitalista eliminou ou *deslocou* para os bastidores as formas mais tradicionais de controle da sociedade sobre o “mercado” (ou, mais precisamente, sobre os meios de produção), tais como, por exemplo, os sistemas redistributivos, a religião e a magia, ou as estruturas de parentesco. Examinar os mecanismos e as formas de reprodução do capital mercantil e, essencialmente, tentar apontar as vias com que ele conseguiu penetrar na sociedade é uma das possibilidades para tentar dar alguma coerência a essa transformação singular.

A resposta de Polanyi ao que Mariutti chama de *deslocamento* é central porque revela a historicidade e a centralidade da economia de mercado na organização da vida social moderna. Segundo Polanyi (2012a [1944]), tal deslocamento teve origem com a introdução da máquina na sociedade comercial (a Revolução Industrial) e com a transformação do Estado Absoluto em Estado liberal (Revolução Francesa). Conjuntamente, ambas conduziram ao desenraizamento

da produção dos meios de vida do conjunto da vida social, subordinando a última às leis de mercado. Portanto, a economia de mercado não teria emergido como um mecanismo de regulação social sem a intervenção do Estado. As ambiguidades em torno do papel do Estado surgem porque, reversamente, foi esse mesmo Estado que também agiu no sentido de proteger a sociedade das consequências da racionalidade capitalista, o que Polanyi caracterizou como contra-movimento ou autoproteção da sociedade.

Portanto, desestabilização de estruturas sociais, violência e regulação da vida pelo mercado são os elementos que marcam o desenvolvimento capitalista e a expansão do sistema-mundo moderno. Em sua origem, o sistema econômico mundial conectou diferentes sociedades através do mundo por meio da divisão do trabalho, muito embora a maneira pela qual cada formação social se integrava e se regulava não dependesse do mercado. Não obstante, a partir do século XIX, com a exportação do modo de vida capitalista, sociedades não reguladas pelo mercado passaram a sofrer pressões internas e externas para se integrarem completamente nos marcos da civilização capitalista, isto é, para adotarem métodos capitalistas de produção, organizarem-se politicamente através do Estado liberal e orientarem-se por valores seculares. Isso envolveu processos globais de transição do conjunto da sociedade, nos quais a separação institucional do sistema econômico do tecido

social foi a ruptura fundamental para impelir as relações sociais para a esfera do valor de troca. Foram processos permeados pela violência tanto para instituir os mecanismos da economia de mercado, como para disciplinar aqueles que não se ajustavam às leis econômicas de mercado. É, pois, neste sentido que retomamos Marx, Luxemburg, Polanyi e Wallerstein, e consideramos o desenvolvimento capitalista como um processo de mercantilização da vida.

Sendo assim, desde o século XIX, o mecanismo formador de preço converteu-se em base de referência a partir do qual a vida em sociedade deveria ser organizada e regulada. Daí a centralidade e importância da discussão sobre o mercado interno. Nele, a competição impõe-se como mecanismo disciplinador da conduta humana guiada pelo autointeresse. É por isso que instituir um mercado interno é a base para a consolidação de uma sociedade nacional nos marcos da civilização capitalista. O mercado interno é a expressão concreta da disjunção do sistema econômico do tecido social no qual se apoia. Enquanto mecanismo de regulação instituído, o mercado interno segue a formação do Estado nacional, fundado em princípios liberais de direito, base da cidadania. Neste marco, o mercado interno é o espaço para o exercício da liberdade individual na medida em que desloca para a esfera privada as decisões econômicas, inclusive as que dizem respeito à subsistência do homem.

Essas são algumas das singularidades da economia de mercado que emergem das transformações que se consolidam ao longo do século XIX na Europa e que, de lá, projetaram-se para todo o mundo. A polêmica em torno do falecimento da economia de mercado como mecanismo de regulação que se seguiu às duas grandes guerras não eliminou, do horizonte de expectativas dos pensadores do século XX, o ideal liberal de que o privilégio e o arbítrio deveriam ser combatidos pela instituição de mecanismos impessoais de regulação. No pós-Segunda Guerra Mundial, o debate sobre o planejamento, em que se opunham reformadores do sistema capitalista como K. Mannheim (1972 [1950]) e neoliberais da estirpe de F. Hayek (2010 [1944]), ilustra, em alguma medida, a preocupação da *intelligentsia* de precaver o desmoronar do modo de vida capitalista.

Historicamente, embora a Europa tenha sido o continente que se abriu ao modo de vida capitalista, foi nos Estados Unidos que o desenvolvimento capitalista encontrou terreno excepcionalmente fértil para a sua expansão, como bem observou Antonio Gramsci (2001 [1934]). Não havia aí o peso da tradição do Antigo Regime, que frequentemente resistia ao estilo de vida disciplinado pela racionalidade instrumental. Não obstante, durante a Era de Ouro (1945-1973), no centro do sistema-mundo moderno, o sistema de proteção social criado para contrapor os efeitos negativos da economia de mercado

engendrou, entre os liberais de inspiração clássica e em segmentos da esquerda, a esperança de que a sociedade estava enfim retomando o controle sobre o sistema econômico. Por um momento, imaginou-se que a humanidade seria capaz de dar às forças produtivas outro destino que não o enriquecimento privado. Contudo, como argumentou Eric Hobsbawm (1995), por debaixo do véu de um suposto capitalismo regulado, a economia de mercado aprofundou-se ainda mais sobre o tecido social.

Portanto, assumir o processo de mercantilização da vida como eixo estruturante da análise da formação do Brasil contemporâneo pressupõe considerar simultaneamente: i) a maneira pela qual as formas de produção capitalistas desestabilizaram os diferentes modos de vida herdados do período colonial; ii) o papel da violência no processo de subordinar e reorientar o conjunto da sociedade à acumulação capitalista; por fim, iii) a maneira pela qual a economia de mercado foi instituída como mecanismo de regulação social. Por este caminho, pode-se então considerar o desenvolvimento do capitalismo histórico com suas nuances, tanto no sentido de combinar diferentes formas de sociabilidade como no sentido de impelir o conjunto das sociedades à sociabilidade pelo mercado.

5. Considerações finais: delineando uma hipótese alternativa

Abandonar a problemática da construção da nação não significa negar a realidade da formação de uma sociedade nacional. O caminho alternativo que se tem buscado construir prioriza justamente descrever e explicar a origem de uma sociedade nacional na periferia do sistema-mundo moderno assumindo, como eixo estruturante da análise, o desenvolvimento do próprio capitalismo enquanto sistema social histórico, problematizando a questão a partir do desenvolvimento capitalista e das formas de sociabilidade que o mesmo destrói, engendra e recria constantemente.

Argumenta-se, portanto, que a singularidade do Brasil contemporâneo deve ser buscada no modo como se estabeleceu uma determinada coesão social a partir dos diferentes modos de vida que se estabilizaram ao longo do período colonial e que vieram a ser articulados por meio de uma divisão social e técnica do trabalho. Ainda que o Brasil seja produto da empresa colonial, a fazenda não foi o único núcleo de organização social na colônia, como atestam o caboclo dos seringais nativos, o sertanejo da economia pastoril ou das lavouras do mocó que se sedimentaram no entorno dos engenhos; ou o caipira e sua economia natural no interior de São Vicente; ou ainda o gaúcho, os matutos e gringos que povoaram o sul colonial. A

estrutura social destes diferentes núcleos, em nenhum caso, foi regulada com base em uma economia de mercado, sobretudo o latifúndio exportador, no qual, apesar de estar vinculado às cadeias mercantis globais, a instituição da escravidão e o caráter autárquico da fazenda asseguravam a reprodução material – a produção dos meios de vida – de todos os envolvidos na atividade exportadora sem que fosse necessário estabelecer uma mediação *pele* mercado¹⁵.

A configuração das fazendas, como elemento dominante na sociedade colonial, não implicou, portanto, a não existência de outras formas de organização social sedimentadas em outros sistemas de dominação e de *status* no interior da colônia. Também não significa que esses núcleos não intercambiassem bens necessários à reprodução de cada núcleo colonial. O comércio, de fato, existia. Foi sobre esses núcleos distintos que se formou um mercado interno. Por este caminho, requer-se, em primeiro lugar, recuperar a questão comum a todas as formas de existência social (o caboclo, o sertanejo, o caipira, o gaúcho, o matuto e os gringos) que formaram a colônia portuguesa na América: a questão da subsistência ou da produção e distribuição dos meios de vida.

O processo de ruptura fundamental, que moldará o Brasil contemporâneo na história do

15 Para uma descrição destes diferentes modos de vida ver Ribeiro (1995, pp. 269–444). Para o caso específico do caipira, ver o estudo clássico de Antonio Candido (1997).

capitalismo, consiste justamente no processo de mercantilização dos meios de subsistência, isto é, o processo de transformar a natureza e o trabalho em mercadoria. Este foi um processo lento, de longa duração, e extremamente violento, em que o Estado Nacional em formação ajudou a engendrar e assegurar a penetração da lógica mercantil nas estruturas do cotidiano colonial. O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, desse ponto de vista, tem correspondido historicamente à destruição dessas formas de vida não capitalistas e a instituição de uma nova ordem social supostamente moderna, em que se opuseram, entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX, projetos alternativos à constituição de uma sociedade de mercado na periferia do sistema-mundo moderno.

Não podemos, no entanto, pressupor que o curso natural do Brasil seria a consolidação de uma economia de mercado e uma sociedade de mercado. Este ponto parece crucial para a compreensão do Brasil contemporâneo. Nesse sentido, a questão que precisa ser esclarecida é: *quando, como e por que se conseguiu construir uma economia de mercado e uma sociedade de mercado no Brasil a partir da desarticulação dos diferentes núcleos de organização social que formavam o Brasil colonial?* Estas perguntas precedem qualquer interrogação sobre o caráter singular da dinâmica da economia brasileira.

Portanto, como hipótese alternativa a esta pergunta, sugere-se que a emancipação política de Portugal e a consequente instituição do Estado nacional, a organização de um mercado de dinheiro, a formação da propriedade privada da terra (Lei de Terras), a abolição progressiva da escravidão (Suspensão do Tráfico, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário e libertação), a imigração, a proclamação da república e a industrialização acumulam-se como rupturas sucessivas e de longa duração em direção à separação institucional do sistema econômico das formas de vida herdadas do período colonial. Lentamente, todas essas disjunções foram redefinindo o lugar da produção dos meios de vida no conjunto da vida social, desestabilizando os diferentes modos de vida que conformavam a paisagem social do Brasil no século XIX. Ainda que lentamente, o impulso a mercantilizar tudo foi redefinindo as formas de sociabilidade do cotidiano imperial, isto é, pouco a pouco, o escravo das fazendas exportadoras, o caboclo dos seringais nativos, o sertanejo da economia pastoril ou das lavouras do mocó que se sedimentaram no entorno dos engenhos, o caipira e sua economia natural no interior de São Vicente e ainda os gaúchos, matutos e gringos que povoaram o sul colonial foram impelidos a se socializarem através da esfera do valor de troca. Verificar esta hipótese é um caminho ainda a ser perseguido.

Bibliografia

- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CAMPOS, R. DE O. *Ensaio de história econômica e sociologia*. 2a. ed. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1964.
- _____. *Discurso do Acadêmico Roberto Campos na Academia Brasileira de Letras*. 1999. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/roberto-campos/discurso-de-posse>>
- CANDIDO, A. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8a ed. São Paulo: Editora 34, 1997.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estado Democrático*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- _____. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- _____. “Brasil: opções futuras.”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 3, n. 2, pp. 9–15, 1999.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 32a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- GRAMSCI, A. “Americanismo e Fordismo.” In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 239–282.
- HAYEK, F. A. von. *O Caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- HOBBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOPKINS, T. “The study of the capitalist world-economy: some introductory considerations.” In: GOLDFRANK, W. L. (ed.). *The World-system of capitalism: past and present*. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- MARINI, R. M. “Duas notas sobre o socialismo.”, *Lutas Sociais*, n. 5, pp. 107–123, 1998.
- _____. “Dialética de la dependencia.” In: *América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales*. Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.
- _____. “A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo.”, *Outubro*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 20, 2012.
- MARIUTTI, E. B. “Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução.”, *Texto para Discussão*, n. 214, 2012.
- MARX, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- MEDEIROS, C. A. de. “Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao ‘nacionalismo metodológico’”, *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3, pp. 637–645, 2010.
- MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MELLO, J. M. C. de & BELLUZZO, L. G. de M. “Introdução” In: SILVA, A. M. da et alii. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1983.
- NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6a. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- _____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- NOVAIS, F. A. & SILVA, R. “Introdução: para a historiografia da nova história.” In: NOVAIS, F. A. & SILVA, R. F. da. (org.). *Nova história em perspectiva*, v. 1. São Paulo: Cosac Naify 2011, pp. 6-73.
- NOVAIS, F. & MELLO, J. M. C. de. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.” In: SCHWARZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.
- _____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.
- PRADO JR., C. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e a prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paul: Brasiliense, 2004.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

- PREBISCH, R. “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.”, *Desarrollo Económico*, v. 26, n. 103, pp. 479–502, 1986.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROSANVALLON, P. *O Liberalismo Econômico: história da idéia de mercado*. Bauru: Edusc, 2002.
- SANTOS, F. P. dos. *Vida material e economia de mercado: introdução ao estudo do mito do capitalismo domesticado no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016
- VIEIRA, P. A. “A inserção do ‘Brasil’ nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar.”, *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3, pp. 499–527, 2010.
- _____. “A economia-mundo, Portugal e o ‘Brasil’ no longo século XVI (1450-1650).” In: VIEIRA, P. A.; FILOMENO, F. A. & VIEIRA, R. de L. (eds.). *O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 207–264.
- _____. “O Nacionalismo Metodológico na Economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como Possibilidade de sua Superação.”, *Estudos do CEPE*, n. 42, pp. 78–94, 2015.
- WALLERSTEIN, I. M. *Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century* (The Modern World-System Vol. I). New York : Academic Press, 1974.
- _____. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.